



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-121-0

DOI 10.22533/at.ed.210212605

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra organizada pela Atena Editora para 2021, focando nas teorias e metodologias da pesquisa historiográfica em várias regiões do Brasil. O livro “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História”, volume 5, começa com artigos da região norte e nordeste do Brasil trazendo abordagens acerca das paisagens fluviais do rio Cocó, em Fortaleza, o educandário de Manaus-AM e também estudos sobre o tambor da mata no Maranhão.

Nesta obra você também encontra para leitura capítulos a respeito das relações raciais no ensino de história, um capítulo dedicado à revista Nova escola, dentre outros. Para além dos temas de ensino e metodologias, há também capítulos dedicados à pesquisa historiográfica com diversas fontes, seja por meio de periódicos, de memórias individuais e/ou coletivas, sobre os mais diversos temas: ditadura civil militar, estudos sobre a morte e utilização de mídias alternativas.

Em um momento de cortes de bolsas de pesquisas e de descrédito em relação à ciência brasileira, torna-se cada vez mais importante defender obras que divulguem pesquisas de qualidade desenvolvidas em várias regiões do Brasil. Muitos capítulos aqui publicados são frutos de longos anos de árduas pesquisas, muitas vezes financiadas por órgãos de fomento.

Espero que além de contribuir com pesquisas em andamento nas universidades, esta obra possa também ser incentivo para historiadoras e historiadores, que sejam pontos de diálogo e de construção do conhecimento histórico.

Boa leitura,

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TRANSMUTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO COCÓ Germana de Lima Girão Andrade Simone Menezes Mendes DOI 10.22533/at.ed.2102126051	
CAPÍTULO 2	11
HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA EM MANAUS DE 1942 A 1950 Adriana Brito Barata Cabral DOI 10.22533/at.ed.2102126052	
CAPÍTULO 3	22
TERECÔ, TAMBOR DA MATA, MATA ZOMBANA: LITERATURA ANTROPOLÓGICA E AGENCIAMENTO NAS TRAMAS DA ENCANTARIA MARANHENSE Victor Hugo Basilio Nunes DOI 10.22533/at.ed.2102126053	
CAPÍTULO 4	34
RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA Edenar Souza Monteiro Maria de Lourdes Fanaia Castrillon DOI 10.22533/at.ed.2102126054	
CAPÍTULO 5	45
AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE TEMAS SENSÍVEIS NO SUPORTE VIRTUAL DA REVISTA NOVA ESCOLA Márcia Elisa Teté Ramos DOI 10.22533/at.ed.2102126055	
CAPÍTULO 6	57
A ARTE EM AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1941-1960) Natally Vieira Dias Bruna Nunes de Souza DOI 10.22533/at.ed.2102126056	
CAPÍTULO 7	68
AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO Cláudia Sousa Oriente de Faria DOI 10.22533/at.ed.2102126057	
CAPÍTULO 8	80
A ESPERANÇA REPUBLICANA: ARTISTAS, OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM PERNAMBUCO (1875-1904) Flávia Ribeiro Braga DOI 10.22533/at.ed.2102126058	

CAPÍTULO 9	95
A DOCTRINA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ E O DIREITO DE CONVERTER E SER CONVERTIDO	
Adelmo José da Silva Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2102126059	
CAPÍTULO 10	108
USOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)	
Júlia Bolognini Klassmann	
DOI 10.22533/at.ed.21021260510	
CAPÍTULO 11	119
PROFESSORA ELZA VIANNA: A PRIMEIRA DOCENTE NEGRA DE NATIVIDADE-RJ	
Márcia Aparecida de Souza	
Henrique Cunha Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.21021260511	
CAPÍTULO 12	128
VIDA PÓS-MORTE NO CORPO SEM VIDA: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS	
Eduardo Mangolim Brandani da Silva	
Christian Fausto Moraes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.21021260512	
CAPÍTULO 13	147
A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ESFERA PÚBLICA	
Naiara Cristina Gonçalves Rocha Passos	
Andrea Ferraz Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.21021260513	
SOBRE A ORGANIZADORA	156
ÍNDICE REMISSIVO	157

CAPÍTULO 5

AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE TEMAS SENSÍVEIS NO SUPORTE VIRTUAL DA REVISTA NOVA ESCOLA

Data de aceite: 24/05/2021

Márcia Elisa Teté Ramos

Universidade Estadual de Maringá
<http://lattes.cnpq.br/8930281888608344>

RESUMO: A revista Nova Escola foi um periódico de publicação impressa mensal, criada em 1986 e mantida por 30 anos pela Fundação Victor Civita e editada pelo Grupo Abril. O periódico se constituiu como uma das principais fontes de consulta dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A partir de dezembro de 2015, surge a Nova Escola Digital e o Site novaescola.org.br e a versão impressa vai sendo substituída pela plataforma digital e a Fundação Lemann passa a ser sua mantenedora. Com o aparato virtual, Nova Escola permanece o que denomina como sendo sua “missão” de facilitar o currículo para o professorado, agora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2018) e por isso, pode ser considerada como importante divulgadora da mesma, o que nos leva ao interesse em apreender como que este site (re)interpreta o currículo para os professores. Nossa problemática seria a interpretação curricular do site Nova Escola em relação à disciplina de história, com o recorte temático dos temas “sensíveis” ou “sobrecarregados” como a Ditadura Militar. Destacamos por ora, o Ensino Fundamental II, pois no Ensino Médio (agora também tratado pela revista) temos outra configuração segundo as reformas recentes que substituem as disciplinas de Filosofia, Geografia,

História e Sociologia pela área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Concluímos que a referida revista é mais progressista, crítica e atualizada do ponto de vista historiográfico e pedagógico quando se apropria do tema da Ditadura Militar brasileira para o Ensino Fundamental II do que a BNCC de História.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; Revista Nova Escola; Temas sensíveis.

PROPOSALS FOR TEACHING HISTORY OF SENSITIVE ISSUES IN THE VIRTUAL SUPPORT OF NOVA ESCOLA MAGAZINE

ABSTRACT: Nova Escola magazine was a monthly print publication, created in 1986 and maintained for 30 years by the Victor Civita Foundation and edited by Grupo Abril. The journal was of the main sources of consultation for teachers in Early Childhood Education and Elementary Education. As of December 2015, the Nova Escola Digital and the novaescola.org.br website appear and the printed version is being replaced by the digital platform and the Lemann Foundation becomes its maintainer. With the virtual apparatus, Nova Escola remains what it calls its “mission” to facilitate the curriculum for teachers, now the Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2018) and therefore, it can be considered as an important disseminator of it, which takes us to an interest in learning how this site (re) interprets the curriculum for teachers. Our problem would be the curricular interpretation of the Nova Escola website in relation to the discipline of history, with the thematic section of “sensitive” or “overloaded” themes such as the Military Dictatorship. For now, we highlight

Elementary School II, because in High School (now also covered by the magazine) we have another configuration according to the recent reforms that replace the disciplines of Philosophy, Geography, History and Sociology by the area of Applied Human and Social Sciences. We conclude that the specialized magazine is more progressive, critical and updated from the historiographic and pedagogical point of view when it appropriates the theme of the Brazilian Military Dictatorship for Elementary Education II than the BNCC of History.

KEYWORDS: Public History; Nova Escola Magazine; Sensitive themes.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é uma retomada da pesquisa que realizei no doutorado defendido na Universidade Federal do Paraná que resultou em um livro intitulado “O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente” publicado em 2015. De lá para cá, a revista passou por uma importante alteração: de publicação impressa para publicação em multiplataforma digital. Se antes defendíamos, empregando o referencial da História da Leitura, que o suporte da revista incidia na maneira de compreendê-la e utilizá-la, inferimos que, se o suporte mudou, também mudou a maneira de o leitor (re)elaborá-la. Se no doutorado, além de analisar o conteúdo da revista, levando em conta os currículos de história produzidos de 1986 (currículos organizados em cada Estado, baseados no marxismo e na pedagogia histórico-crítica) a 2002 (implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais com a Nova História e a pedagogia construtivista) buscava a apropriação dos professores-leitores em relação às propostas para o ensino de história, nesta fase atual da pesquisa me restrinjo ao conteúdo, ou seja, ao modo como a revista “traduz” a Base Nacional Comum Curricular para a história, considerando o Ensino Fundamental II. No Ensino Médio (agora também tratado pela revista) temos outra configuração segundo as reformas recentes que substituem as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia pela área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o que analiso em outra ocasião.

A revista Nova Escola foi criada em 1986 e mantida por 30 anos pela Fundação Victor Civita (FVC) e editada pelo Grupo Abril. Com o apoio do Governo Federal foi distribuída de forma gratuita para aproximadamente 220 mil escolas públicas brasileiras até o ano de 2014. Com a tiragem mensal de 300 mil exemplares em sua fase inicial e aproximadamente 800.000 de exemplares no recorte temporal escolhido para a tese de doutorado (2002), Nova Escola provavelmente chegou em 2010 com a tiragem de mais de um milhão de exemplares.

Com o aumento de acesso à internet e o fim do convênio com o MEC para distribuição da revista nas escolas, Nova Escola enfrentou uma drástica redução de sua tiragem. A partir de dezembro de 2015, as marcas Nova Escola e Gestão Escolar foram transferidas da Fundação Victor Civita para a Associação Nova Escola, criada e mantida pela Fundação Lemann. Em 2017, a multiplataforma Nova Escola se reduz à Nova Escola

Digital e ao site novaescola.org.br e alcançou nos três primeiros meses de sua criação, 106 mil usuários cadastrados. O site em 2015 apresentava 1,7 milhão de visitantes, mas este tipo de dado não está mais disponível para os usuários. Atualmente, são 1.268.477 fãs no *Facebook*, 179 inscritos no canal do Youtube, 11.040 seguidores no *LinkedIn* e 533 seguidores no *Twitter*.

A revista continua se autoproclamando auxiliar do professor de todas as áreas do Ensino Fundamental, e agora, do Ensino Médio, ao trazer propostas didático-pedagógicas. Também abarca outros públicos como pedagogos, diretores/coordenadores/supervisores escolares, estudantes de licenciatura. Diz ser sua missão: “Fortalecer o educador para transformar o Brasil”, e ainda: “A Nova Escola sempre esteve ao lado dos educadores, e nos últimos meses desenvolvemos várias iniciativas voltadas especialmente para enfrentar o momento que vivemos. Afinal, nossa missão é apoiar você cada vez mais, dentro e fora da sala de aula”¹.

A natureza de nossa fonte: um periódico educacional digital não acadêmico que procura dar subsídios para o trabalho do professor conforme o currículo vigente, nos reporta a outros referenciais intercambiáveis: 1) História Pública; 2) História do currículo e 3) História digital. E considerando os objetivos desta parte da pesquisa, qual seja, verificar como a revista trata de alguns temas sobrecarregados, nos adentramos em pressupostos geralmente explorados nos 4) estudos de ensino e aprendizagem histórica.

Assim, destaco primeiramente a fundamentação teórico-metodológica que me permite analisar um conjunto de Planos de Aulas da revista, sendo que posteriormente enfatizo o tema ditadura Civil-Militar brasileira de alguns Planos de Aulas.

2 | HISTÓRIA PÚBLICA, HISTÓRIA DO CURRÍCULO E HISTÓRIA SOBRECARREGADA

Sobre História Pública, destaco que tanto a forma impressa como a forma digital da revista propõem divulgar um modelo de atuação para o professor. Embora haja diversidade na forma que História Pública é compreendida, podemos dizer que esta significa a história não especializada, não acadêmica, mas circulante na esfera social de distintas formas, inclusive compondo o senso comum. Os principais dispositivos que permitem a mobilização de saberes que interligam o senso comum (os saberes obtidos nas vivências cotidianas) com a História especializada (controlada pela metodologia científica) são: 1) o ensino de História na escola; 2) o livro didático; 3) museus ou acervos; 4) materiais midiáticos como programas de televisão, jornais, documentários, filmes e livros (ALBIERI, 2011), e acrescentamos o item 5) currículo escolar de História. O item quatro refere-se aos materiais extra-acadêmicos sobre o passado que estão nos filmes, jogos eletrônicos, revistas de consumo, novelas, documentários, ficção-histórica, quadrinhos, material digital,

1 Disponível em <https://novaescola.org.br/> Acesso em 10 de set. de 2020.

etc. e provavelmente apresentam grande capacidade de interferir na História Pública, por serem mais persuasivos, atraentes e coerentes ao universo cultural do público (GROOT, 2009). Deste modo, Nova Escola pode ser considerada como integrante deste conjunto de materiais midiáticos/digitais, capaz de disseminar saberes históricos que deveriam ser ensinados segundo o currículo em voga.

Ivor Goodson entende que ao organizar seu conhecimento pedagógico e o conhecimento sobre o currículo de sua disciplina escolar, os professores recorrem aos espaços legitimados, como os cursos de formação e/ou legislações oficiais, mas “outros significantes” ou “redes de comunicação” são abarcados (GOODSON, 2001, p. 88), pois existem “diversos campos e níveis em que o currículo é produzido, negociado e reproduzido”, o que exige do historiador um “projeto da reconceptualização alargada dos estudos que o tomam como objecto de análise” (GOODSON, 2001, p. 52). Além de concluir que o currículo é, como construção social, elaborado e processado em uma diversidade de áreas e níveis, na prescrição, na prática, no discurso (GOODSON, 1995, p. 187), o que incluiria a instância midiática, o autor visualiza os embates pela representação e/ou significação nos diferentes lugares de currículo, ou seja, entende que a seleção dos saberes ensináveis é gerada em um processo conflituoso que envolve relações de poder.

A revista sendo publicada digitalmente nos faz reinterpretar Goodson quando fala do currículo apropriado pela mídia. Embora não seja estendido a todos os grupos sociais, o ambiente digital vem perpassando cada vez mais o cotidiano das pessoas. No caso da escola, a pandemia que por ora sofremos, fez com que professores e alunos de todos os níveis de ensino, fossem levados quase que compulsoriamente às atividades remotas. Mas antes disso, segundo Elisângela Vieira Dionízio - que aliás, fez um ótimo trabalho dissertativo intitulado *Plataformas digitais da Associação Nova Escola: interações e desenvolvimento profissional docente* (2018) bastante utilizado por mim -, um estudo realizado pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br) lançado em 2014, com 930 escolas públicas e privadas, de Ensino Fundamental e Médio, localizadas em áreas urbanas, indica que 96% dos professores usam internet para preparar 17 aulas e para sua formação.

A escrita hipermediática, para Chartier constitui uma modificação importante na história dos textos e/ou das mídias, isto é, das estruturas e formas do suporte, da modalidade técnica da produção do escrito, das percepções e dos hábitos de leitura (CHARTIER, 2002, p. 24 e p. 113). Ainda que a tela do computador apresente um texto reproduzido de um impresso, este não será o mesmo, porque foi alterada a materialidade de sua escrita, por conseguinte, seu modo de leitura. O texto eletrônico por ser flexível, movente, aberto, desterritorializado e incomensurável, pode também produzir uma nova cognição, racionalidades e sensibilidades diferentes, promovendo a velocidade do pensamento e a hiper associação e não apenas fragmentação e superficialidade. O texto eletrônico permite uma interatividade de escrita em que o leitor passa de receptor para usuário, coprodutor,

realizando mais *ações*: de cortar, colar, digitar, comentar, combinar, copiar, transferir, arquivar, “lincar” etc. O leitor/usuário da internet precisa administrar um emaranhado de nexos, símbolos, discursos e formas, tornando-se, desta maneira, “construtivista” de seu conhecimento (CHARTIER, 2002, p. 26-31).

Notem que digo “pode”, “permite”... o que não quer dizer que isso de fato ocorra. A realidade de nossas escolas com o ensino remoto ou híbrido, pelo menos da escola pública, nos tem mostrado a dificuldade de fomentar um ensino de qualidade, devido tanto à dificuldade de os agentes escolares lidarem com o mundo digital, como à dificuldade de acesso. Certamente, o site de Nova Escola contribuiu para uma leitura diferente, pautada na rapidez e capacidade de os professores ancorarem seus saberes com os saberes da revista. Mas os Planos de Aulas analisados, em termos de “mundo digital” não acrescentam muito. Eles são “tradicionais” no sentido de não proporem nenhuma atividade de fato pautada na interatividade virtual.

Identificadas tais características de nossa fonte, como suporte de apropriação do currículo por professores, e como material digital que promete uma outra forma de leitura/interpretação, finalmente chegamos à questão dos “temas sensíveis”. Tomo o texto *Coping with Burdening history* (Lidar com a história sobrecarregada) de Bodo Von Borries (2011) para algumas considerações iniciais. Devemos levar em conta que Von Borries desenvolveu a categoria de história sobrecarregada mediante o contexto histórico alemão, em especial, quando fala do Holocausto. Obviamente, se esta categoria vem sendo utilizada por nós, brasileiros, para nossas reflexões históricas, é porque nosso contexto nos levou a esta categoria de análise, pois não existem ideias fora do lugar.

A história se torna “difícil” (termo também utilizado, especialmente no Brasil) quando é um fardo para carregar, quando envolve, segundo Von Borries: a) histórias hostis entre grupos que acabam se desdobrando em um sistema de vingança provocando uma inimizade herdada; b) a prevalência da história dos vencedores e a consequente obliteração e/ou esquecimento da história dos perdedores, o que evidencia as relações de poder; c) a intenção dos perdedores em reverter a história dos vencedores recorrendo à memória coletiva ou mesmo à escrita da história; d) ou na perspectiva de sobrevivência, termina-se silenciando/descartando as histórias hostis (VON BORRIES, 2011, p. 165-166). Nestes níveis de história sobrecarregada, a culpa, a vergonha, o ressentimento e o luto são constantes e algo deve ser destacado: mesmo que negligenciada ou silenciada, este tipo de história cobra das gerações do presente, mesmo que não a tenham vivenciado, pois terminam herdando as consequências, os custos dela (VON BORRIES, 2011, p. 165-166). Por isso, nunca “escapamos” da história e as pessoas do presente devem se responsabilizar pelo fardo da história (VON BORRIES, 2011, p. 167).

No Brasil, se usa também, ao invés de história sobrecarregada, a ideia de temas controversos ou sensíveis, e ainda, questões socialmente vivas – termos mais recentes²

2 A ideia de “questões socialmente vivas” (QSV) repercute no evento VII Jornadas Internacionais de Recerca en Didàctic-

- o que remete a poucas diferenciações sobre do que realmente se está falando. Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli e Pedro Miralles retomam Lilia Katri Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling quando dizem em uma entrevista que no Brasil temos várias histórias sobrecarregadas: 1) genocídio das populações indígenas; 2) escravidão; 3) Guerra do Paraguai; 4) Canudos; 5) Política do Governo Vargas; 6) Centros clandestinos de violação dos direitos humanos e 7) Massacre do Carandiru. As autoras, Schmidt e Cainelli argumentam existir outras histórias difíceis no Brasil e creio que a Ditadura Militar, por exemplo, é um tema sobrecarregado.

Estas histórias, geralmente, ferem a dignidade humana, ou seja, infringem os direitos humanos. Argumentam Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, que se deve enfrentar a história sensível despertando nos alunos a “indignação frente à injustiça e a violação dos direitos humanos. A escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos” (2018, p. 17). Para os autores, as questões sensíveis nos fazem abordar “o presente ao mesmo tempo que pensa o passado. São questões que nos levam a discutir o pertencimento e a necessidade que os jovens têm de se reconhecer numa história determinada, de olhar para si mesmos e se autoafirmarem” (PERREIRA; SEFFNER, 2018, p. 20).

3 | PLANOS DE AULAS DA REVISTA SOBRE DITADURA (CIVIL) MILITAR

A polêmica quanto à Ditadura (Civil) Militar brasileira vem acontecendo no Brasil faz algum tempo, se intensificando nos últimos anos com a polarização esquerda *versus* direita. As manifestações desde 2013, especialmente de março de 2015, culminando no golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro para presidente, são acontecimentos intensificadores da noção retrotópica³ da Ditadura Militar. É isto o que denota uma história sobrecarregada: ela não passa, ela se desdobra, permanece causando dilemas e nos impulsiona em nossa responsabilidade para com ela.

Para tratar desta história sobrecarregada, a Base Nacional Comum Curricular, no novo ano, apresenta como Unidade Temática: “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946” (BRASIL, 2018, p. 430). Como Objetos de conhecimento: “Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra e a ditadura” (BRASIL, 2018, p. 431). Como habilidades temos: (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória

tica de les ciències socials, celebrades de 2010 dedicades a les “Les Qüestions Socialment Vives i l’Ensenyament de les Ciències Socials”

3 Bauman denominou esta nostalgia por um passado que nunca existiu de retrotopia: “Visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro “ainda todavia por nascer” e, por isso, inexistente [...]” (BAUMAN, 2017, p. 10).

e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos; (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar; (EF09HI22); Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988 e (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo (BRASIL, 2018, p. 432).

Uma breve análise nos faz ver que, de fato, o currículo escolar é um terreno disputado. No caso, mescla posicionamentos diferentes, até mesmo conflitantes, quanto à Ditadura Militar. Situar uma evasiva: “Os anos 1960: revolução cultural?”, não ocorre de forma desinteressada. Uma revolução cultural pode ter ocorrido em vários momentos históricos brasileiros, mas identificar essa revolução na Ditadura Militar, de certa forma desloca as mudanças do político para o cultural. Ao mesmo tempo, remete à palavra “revolução”, hoje repetida em certos discursos de forma positivada pelos sujeitos mais favoráveis aos militares e procura silenciar a palavra “golpe”, que reporta ao golpe de Estado, de ruptura e tomada do poder. Outras palavras vêm sendo transmutadas, não só na legislação curricular: de “trabalhador” para “colaborador”; de “golpe” para “*impeachment*”; “empoderamento” para “empreendedorismo”. A meu ver, além do emprego da palavra “revolução”, o currículo é higienizado de determinadas palavras ou termos que poderiam integrar a temática, sempre pensando na historiografia, que corresponde aos estudos especializados acumulados até a atualidade: censura, tortura, Estado de exceção, militância, luta pela democracia, inflação, corrupção, etc. Silenciar ou mudar as palavras-chave para reflexão de um tema, incide em uma forma, não apenas de amenizar/relativizar o fardo da história, mas uma tentativa de compor outro posicionamento, mais positivo no caso da Ditadura. Ao colocar aqui as palavras que acho que deveriam ser pensadas para compor um currículo, também manifesto meu posicionamento, de certo, não apoiador da Ditadura Militar brasileira, quanto mais da sua volta, mesmo que seja em nome de uma “intervenção” (outra palavra com a função de amenizar/corroborar a Ditadura).

A história precisa ser vista em sua multiperspectividade, como escritas plurais, mas no caso da BNCC de História, a história é destituída dos conflitos historiográficos, porém, transforma-se uma “colcha de retalhos” de concepções devido às negociações e controvérsias em torno de sua confecção: “A ditadura civil-militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra e a ditadura”, são caminhos mais voltados à uma perspectiva progressista, embora a palavra “luta” (bater-se com ou sem armas; brigar, combater, pelear, pular) seja substituída pela “resistência” (conservar-se firme; não sucumbir, não ceder) promovendo ações bem diferentes. No entanto, há um grande avanço na busca em fazer cumprir a Lei 11.645 de 2008 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileiras e africanas e da cultura e história indígenas.

Na revista Nova Escola, conseguimos alguns registros sobre a temática, não

necessariamente pós-promulgação da BNCC de História, mas do momento de discussão sobre este currículo (desde 2016, com a primeira versão)⁴. Mas priorizamos aqui os Planos de Aula que evidenciam seu aparelhamento com a BNCC, citando a Unidade Temática: “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, conteúdo do nono ano do Ensino Fundamental: 1) DITADURA CIVIL-MILITAR E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS. Habilidade(s) da BNCC: (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. 24 de março de 2019; 2) DITADURA CIVIL-MILITAR E O MOVIMENTO NEGRO. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. 26 de março de 2019; 3) GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964. EF09HI19 - Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. 07 de abril de 2019; 4) DITADURA CIVIL-MILITAR: MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS: EF09HI19 Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à Justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. 16 de abril de 2019; 5) RESISTÊNCIA DA IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR. EF09HI20 Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. 16 de abril de 2019; 6) LUTA ARMADA E DITADURA CIVIL-MILITAR. EF09HI20 Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. 16 de abril de 2019 e 7) RESISTÊNCIA ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR. EF09HI20 Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. 16 de maio de 2019. Todos estes Planos foram produzidos pelo Professor: Pablo Farias. Mentor: Fernando Menezes. Especialista: Sherol dos Santos. Assessor pedagógico: Oldimar Cardoso, menos o Plano 2, que conta com o mentor Fernando Menezes.

A primeira consideração que podemos realizar quanto a estes Planos de Aulas, é que eles são elaborados por um professor da rede de ensino de Educação Básica,

4 O QUE FOI A DITADURA MILITAR NO BRASIL?: Vídeo publicado 30 de julho de 2017; DITADURA MILITAR NO BRASIL: Plano de Aula criado por um professor (não há nome) publicado em 02 de setembro de 2017; AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO DURANTE O GOVERNO MILITAR. Artigo de Paula Cauçade publicado em 05 de outubro de 2018.; COMO A DITADURA ENTRA NA SALA DE AULA: A HISTÓRIA CONTADA PELOS LIVROS DIDÁTICOS. Artigo de Fabiana Maranhão. 29 de abril de 2019; O BRASIL JÁ TEVE DITADURA? Artigo de Ana Rita Cunha. 25 de abril de 2019; COMO ERAM AS LEIS PARA EDUCAÇÃO NO GOVERNO MILITAR. Artigo de Paula Cauçade publicado em 04 de outubro de 2018; DITADURA MILITAR: AULAS PARA O TRABALHO. Artigo de Anna Rachel Ferreira. Sem data. Sobre temas afins: APRENDENDO A EXERCER A CIDADANIA. Plano de Aula criado por Professor (não há nome). 02 de setembro de 2017; CIDADANIA QUESTÃO DE HUMANIDADE. Plano de Aula criado por Professor (não há nome). 02 de setembro de 2017.; COMO ESTUDAR A CONSTITUIÇÃO EM SALA DE AULA? Artigo de Paula Salas. Sem data, mas cita BNCC. Tematiza a questão indígena.

respaldo por um mentor⁵, um especialista⁶ e um assessor pedagógico⁷. Percebe-se que ao invés de jornalistas ou a própria revista assinando os Planos de Aulas, como acontecia anteriormente no período estudado no doutoramento, atualmente se esclarece que os Planos são produzidos com firme acompanhamento, argumentação, fundamentação de uma equipe (“time”, segundo a revista).

São identificados no início do Plano de Aula, o ano em que deve ser aplicado (9º ano), a Unidade Temática, os Objetivos de Conhecimento, a Habilidade da BNCC e Palavras-chave do Plano. No Plano de Aula se oferece ao professor variados sites vinculados ao tema como material complementar, como também uma série de livros e filmes. Sugere-se a sequência didática de forma bem detalhada, sugerindo procedimentos e tempo a serem utilizados, como no Plano de Aula 05:

Objetivo. Tempo sugerido: 3 minutos. Orientações: Projete, escreva no quadro ou leia o objetivo da aula para a turma. É muito importante começar com a apresentação do objetivo para que os estudantes entendam o que farão e compreendam aonde se quer chegar no fim da aula. Contudo, tome cuidado para, ao fazer isso, não antecipar respostas desde o começo. **É necessário sempre garantir que os alunos construam o raciocínio por conta própria** (NOVA ESCOLA, 16 de abril de 2019) – Grifo meu

Uma das características dos Planos de Aulas da revista é o uso escolar das fontes históricas. No Plano de Aula 05, por exemplo, são recomendados: editorial de um jornal; a ilustração de capa de *O Pasquim* e um trecho do site *Memorial da Democracia* que fala da liberdade de expressão.

A seguir à explanação do Objetivo, a revista recomenda a parte Contexto, da mesma forma minuciando até mesmo quanto tempo será aproximadamente tomado para o desenvolvimento de cada etapa - o que para nós seria desnecessário, se levarmos em consideração a autonomia pedagógica do professor. A etapa Problematização é a central do Plano de Aula e explica como as fontes podem ser tratadas pelo professor em sala de aula, indicando a crítica que pode ser realizada quanto à realidade que a fonte mostra. No Plano de Aula 04:

5 Pablo Jeovane Santos Farias possui graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2015). Especialização em Gestão Pública pela UFRPE (2020). Atualmente é aluno do ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História e atua como professor na Escola Municipal José Procópio Cavalcanti - João Alfredo - PE. A revista não fornece maiores informações sobre o professor. Contudo, o sistema de busca da revista mostra 80 registros de autoria do professor Pablo e 67 para o mentor Fernando Menezes. Este último, não foi encontrado no lattes.

6 Sobre a especialista Sherol dos Santos: Mestre em História pela UNISINOS. Mestre em Ensino de História pela UFRJ (ProfHistória - UFRGS). Atualmente é Consultora-Especialista no Projeto Planos de Aula da Revista Nova Escola, docente na Rede Estadual de Ensino do RS, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e Atinuké.

7 Sobre o assessor pedagógico Oldimar Cardoso: Docente (desde 2011) e pesquisador (desde 2008) da Cátedra de Didática da História da Universidade de Augsburg. Pós-doutorando do Departamento de História da Universidade de São Paulo (2008-2011), com doutorado (2007) e mestrado (2003) em Educação, bacharelado e licenciatura em História (1995) pela Universidade de São Paulo. Editor (desde 2011), autor de livros didáticos (desde 2003), formador de professores (desde 1997) e formador de formadores (desde 2006).

Problematização. Tempo sugerido: 20 minutos. Orientações: Nesta etapa será para fazer uma análise do Relatório da CNV e identificar **quais direitos humanos foram infringidos**. Assim, o aluno irá, com a orientação do professor, problematizar **o papel da Comissão Nacional da Verdade e as violações aos direitos humanos**. Projete ou imprima os documentos abaixo. Sem desfazer as duplas, peça para a classe para analisar, respectivamente, os documentos a seguir. (NOVA ESCOLA, 16 de abril de 2019) – Grifo meu

A próxima etapa seria a Sistematização, onde o aluno é instigado a apresentar o que apreendeu das aulas. Como por exemplo no Plano de Aula 02:

Sistematização Tempo sugerido: 20 minutos. Orientações: Como forma de sistematizar o conteúdo peça que os alunos, em seus trios, **elaborem cartazes com frases de protesto contra os problemas identificados na problematização sobre o racismo existente ainda na sociedade**. Após a elaboração do cartaz, pedir que cada trio, leia a sua frase de protesto para a turma. O objetivo desta etapa e permitir que os alunos expressem por meio de cartazes e uma **simulação de protesto as reivindicações pelo fim do racismo e dos problemas enfrentados ainda hoje pelo movimento negro. O esperado é que os alunos consigam perceber que o movimento negro que surgiu na ditadura civil-militar foi responsável pela conquista de muitos avanços na luta pela igualdade racial, mas que ainda há muito pelo que lutar**. Uma sugestão para o professor, pode ser interessante nas próximas aulas organizar uma fotografia com os alunos e seus cartazes formando uma cena similar a da fotografia analisada no início da aula. Esta imagem pode ser utilizada ao lado da original e exposta para a escola em um mural, por exemplo. Caso não seja possível disponibilizar as cartolinas para a elaboração dos cartazes, pode ser utilizadas folhas de ofício ou A4. (NOVA ESCOLA, 26 de março de 2019) – Grifo meu

Nos Planos de Aulas pesquisados, é patente o uso da palavra “luta” ao invés de “resistência” como ocorre na BNCC de História. Como é possível ver nas frases que grifei, o posicionamento da revista, certamente não corresponde ao mote “Os anos 1960: revolução cultural?...” da BNCC (BRASIL, 2018, p. 431), se não for para colocar esta “revolução” nas intensas manifestações sociais contra a Ditadura. A revista se revela na voz da equipe de elaboração dos Planos de Aulas muito mais progressista, atualizada, crítica e vinculada às pesquisas em ensino e aprendizagem histórica que a BNCC, tanto quanto ao tema da Ditadura Militar (historiografia) quanto à forma de ensinar/explicar o mesmo (pedagogia). Em todos os Planos se verifica uma preocupação em construir o conhecimento histórico por meio das fontes, incentivando o protagonismo do aluno sob a orientação do professor, especialmente quando insere na etapa da Sistematização o subtítulo *Como adequar à sua realidade*. Neste, sempre a revista procura aproximar o conteúdo histórico à realidade do aluno.

Quanto a esta temática, a revista não foge da história sobrecarregada, a história pautada no conflito, na violência e na exploração, como podemos ver no Plano 01:

Como podemos relacionar os projetos de construção da Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu com a violência realizada contra as populações

indígenas? O que seria o projeto de “integração” dos indígenas? Pedir que os alunos comentem suas respostas, após debate nos trios. É esperado que os alunos, após a contextualização, estejam curiosos e interessados em compreender o **motivo da violência empregada contra os indígenas durante a ditadura civil-militar**. Os alunos deverão relacionar após a leitura dos textos, o projeto desenvolvimentista, com a abertura da Transamazônica e da usina hidrelétrica de Itaipu, **as disputas territoriais e a invasão do espaço indígena e a violência instaurada**. (Nova Escola, 24 de março de 2019) – Grifo meu.

Na revista, não há “revolução” no sentido de que os militares reorganizariam a sociedade diante da afronta comunista – algo que circula amplamente no senso comum e certa historiografia atual –, mas um golpe, como no Plano de Aula 03 que elege algumas problematizações: Quais fatos demonstram desde o início o interesse dos militares de buscar o poder? Por quais motivos empresários, proprietários rurais e imprensa fizeram oposição às reformas de base? Qual o primeiro sinal contundente de que as instituições democráticas estavam ameaçadas? De que modo a polarização social ajudou para que ocorresse o golpe? (NOVA ESCOLA, 07 de abril de 2019).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de falar bem mais sobre estes Planos de Aulas, mas cumpro o que foi possível em um texto com o limite de 15 laudas. A conclusão que por ora me cabe, seria que a revista Nova Escola nem sempre está em comum acordo direto com o currículo escolar. Isto já tinha visto em meu doutoramento ao cotejar o discurso de Nova Escola com o currículo prescrito pelos órgãos envolvidos na política educacional. A revista apresentava o ensino de história de 1986 a 1995, abarcando a historiografia marxista e a pedagogia histórico-crítica, então referenciais dominantes na reestruturação curricular do período pós-regime militar. Era bem mais crítica do que na fase seguinte, de 1995 a 2002, momento em que Nova História e Construtivismo consistiam os referenciais dominantes na implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e quando se discutia a necessidade de tornar o país competitivo diante da “globalização”, por meio de políticas neoliberais e visando a formação do trabalhador do novo mundo do trabalho. Por ser um material midiático impresso que seguia a diagramação mais renovada no campo das revistas de consumo, Nova Escola conseguia passar a impressão de ser algo que trazia inovação, atualização, sem realmente trazer.

Na atualidade, a revista se apropria da BNCC de História quase como à revelia de sua prescrição, assumindo um posicionamento mais coerente com o que entendo de crítico, progressista e problematizador, pautado em uma atualização historiográfica e pedagógica e enfrentando a história sobrecarregada da Ditadura (Civil) Militar brasileira. A hipótese é que sim, existe uma linha editorial mais problematizadora, o que pode ser corroborada pela opção em criar um “time” de professores, autores dos Planos, mais ligados ao chão da

escola, bem como às pesquisas mais inovadoras sobre ensino e aprendizagem histórica. Caso os professores queiram se inspirar nestes Planos de Aulas, a tendência é de que se reduzam as narrativas conservadoras que hoje clamam pela volta da Ditadura Militar desprezando os fundamentos e objetivos de uma sociedade democrática. Porém, estes Planos, apesar de estarem localizados na cibercultura, são organizados ainda de forma parecida com a mídia tradicional, a revista impressa. Podem facilitar a rapidez da busca, promovendo uma hiper associação, mas seus componentes não reportam à interatividade, à dinâmica da inserção técnica de característica eletrônico-digital.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. Apontamentos. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVALI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz. 2011. p. 19-30.

BAUMAN, Zigmunt. *Retrotopia*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DIONÍZIO, Elisângela Vieira. *Plataformas digitais da Associação Nova Escola: interações e desenvolvimento profissional docente*. 183 fls. Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação de Mestrado), 2018.

GOODSON, Ivor. *O currículo em mudança*. Estudos na construção social do currículo. Lisboa: Porto Editora, 2001.

GOODSON, Ivor. *História del Currículum. La construccion social de las disciplinas escolares*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, S. A. 1995.

GROOT, Jerome de. *Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture*. London and New York: Routledge, 2009.

II, 306 p., ISBN 978-3-8376-1325-4, Bielefeld, may 2011, p. 165-188.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. *O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente*. Curitiba: CRV, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene; MIRALLES, Pedro. As pessoas tentam, mas a história difícil não é facilmente descartada: o lugar dos temas controversos no ensino de história. *Antíteses*, v. 11, n. 22, p. 484-493, jul/dez, 2018.

VON BORRIES, Bodo. Coping with Burdening history. In: BJERG, Helle; LENZ, Claudia; Thorstensen, Erik. (Eds.). *Historicizing the uses of the past: Scandinavian Perspectives on History Culture, Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II*. Bielefeld, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 57, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 82, 87, 93, 154

C

Campesinato brasileiro 68, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 79

Classe camponesa 68, 76, 77

D

Desenho urbano 1

Discurso político 27, 32, 108

Ditadura civil-militar brasileira 108, 109, 112, 116, 118

E

Educação 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 45, 52, 53, 56, 81, 84, 86, 92, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 156

Educandário 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Ensino de História 34, 35, 40, 42, 45, 46, 53, 55, 56, 156

Escravidados 34, 37, 39, 40

Esfera pública 147, 148, 149, 152, 155

H

Hanseníase 11, 12, 21

história 11, 19, 21, 22, 28, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 60, 68, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 93, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 129

História 11, 12, 21, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 66, 77, 80, 85, 93, 94, 95, 97, 98, 118, 122, 127, 128, 147, 155, 156

HISTÓRIA 34, 45, 52, 111

História africana e afro brasileira 34

História da Filosofia 95

História do Direito 95

História Ibérica 95

História Pública 45, 47, 48, 56

I

Indigenismo 57, 58, 60, 61, 66

M

Memórias sociais 119

Mídias alternativas 147, 148, 150, 151, 152, 153

Mulheres 14, 16, 18, 25, 35, 38, 39, 41, 42, 62, 63, 81, 87, 89, 90, 92, 121, 127, 132, 142, 154

Múmias 128, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 74

Positivismo 80, 81, 82, 84, 93, 94

Práticas religiosas 128

R

Raízes históricas 68

Relações raciais 34, 35, 39, 42

Republicanismo 80, 81

Rituais fúnebres 128

S

Sensibilidades 48, 156

T

Terecô 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32

Trabalhadores 35, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 110, 149

Trajectoria profissional 119, 124

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)